

A via colonial para o capitalismo e o “modelo brasileiro”: a centralidade da repressão ao trabalho no golpe de 1964 e seu significado histórico para o processo de democratização no Brasil

Vitor Bartoletti Sartori*

Resumo:

O objetivo do presente texto é mostrar a indissociável ligação existente, para a instauração e manutenção do governo militar de 1964, entre a repressão ao movimento dos trabalhadores e a consolidação do chamado “modelo brasileiro”. Pretende-se, pois, estabelecer o liame existente entre a manutenção da forma de dominação política da ditadura militar e o aprofundamento daquilo que J. Chasin, tendo em conta a análise lukacsiana da miséria alemã, chamou de *miséria brasileira*. Por fim, ver-se-á rapidamente a importância dos trabalhadores no desenvolvimento “democrático” do país.

Palavras-chave:

Modelo brasileiro; miséria brasileira; via colonial; democracia.

The colonial road to capitalism and the “Brazilian model”: the centrality of workers’s repression in the 1964 Coup and its meaning for the redemocratization process in Brazil

Abstract:

The intent of this work is to show the relation between the repression of the labour movement and the consolidation of the so-called “Brazilian model” under the military rule. We address the relations between the stability of the political domination by the military dictatorship and the so-called “Brazilian misery”, an expression created by José Chasin taking in account the analysis of the “Prussian misery” by Georg Lukács. Finally, the paper demonstrates the importance of workers in the “democratic” development of the country.

Key words:

Brazilian model; Brazilian misery; colonial road; democracy.

* Doutor em filosofia do direito pela Universidade de São Paulo (USP). Professor da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo.

O “modelo brasileiro” e o arrocho salarial: a centralidade da repressão ao trabalho para o período militar

A ciência não é nem pode ser “neutra”. A questão é patente quando se verifica aquilo que é tido por científico em determinados momentos históricos em que há grande tensão. E isto se dá à medida que, sob o modo de produção capitalista, as formas de extração de mais-valia mais bem-sucedidas (por vezes, por isso mesmo, as mais brutais) são elevadas a um patamar de “cientificidade” sem igual, de maneira que aquilo que é chamado de “ciência” iguala-se à miséria de muitos. O caso brasileiro não foi diferente e expressa essa plasticidade que ganham certas noções depois daquilo que Lukács chamou de “decadência ideológica da burguesia” (cf. LUKÁCS, 2010).

Durante o período militar, pode-se dizer, foi isso que se deu com o chamado “modelo brasileiro”, elevado a um patamar de “evidência” sem igual. Muito propagandeado e amparado pela “cientificidade” de importantes economistas, como Roberto Campos e Delfim Neto, o “modelo”¹ teve sua objetivação no Brasil logo após o intenso período dos anos 1950-60, período em que os confrontos classistas eram patentes e em que, como afirma Antonio Rago Filho, uma questão essencial veio à tona:

A luta pela tentativa de ruptura de nossa modernização subordinada e excludente, assentada num envolver nacional sem progresso social, por uma alternativa democrática com forte apoio nas massas. (RAGO FILHO, 2001, p. 168)

Neste sentido, deve-se ressaltar que a resposta da burguesia brasileira a tais reivindicações democráticas – o próprio golpe de 1964 – se deu no caminho oposto àquele da superação do atraso histórico do país, seguindo com maior subordinação e com a explicitação e a intensificação das tendências combatidas pelo trabalhismo da década de 1960. Chegou-se, assim, não ao apoio das massas, mas ao arrocho salarial e à repressão às entidades de classe; em vez de ruptura, o aprofundamento da modernização calcada na repressão dos trabalhadores e a subordinação da economia nacional aos imperativos reprodutivos do capital em sua fase tardia, em que não é possível nem o desenvolvimento autônomo da burguesia nacional, nem a expansão militar – ou seja, nem a via clássica para o capitalismo, nem a via prussiana (cf. LUKÁCS, 1959; CHASIN, 1999b).

Trata-se, assim, de uma situação em que é necessária, do ponto de vista da reprodução do capital, uma solução vinda de cima e que necessariamente contraria os interesses dos trabalhadores e o desenvolvimento de um “capitalismo autônomo”, sonhado pelos desenvolvimentistas: “democracia política” e “mercado interno” não se desenvolvem em sua plenitude. Se, quando desenvolvidos, trazem os potenciais civilizatórios do capital juntamente com a barbárie deste, aqui a questão foi distinta. Como bem destaca Antonio Rago Filho: “o bonapartismo brasileiro, em sua objetivação histórica, se transforma, assim, numa espécie de gestor do capital atrofado subordinado ao imperialismo” (RAGO FILHO, 2001, p. 167). Desta maneira, as feições do novo regime são clara, decidida e confessadamente regressivas sob este aspecto. Em vez da superação dos dilemas colocados pelo atraso brasileiro, o atraso, como se verá, é ingrediente essencial na reprodução do capitalismo brasileiro. É verdade que, enquanto isso, os países europeus viviam os chamados “anos dourados do capitalismo” em que, diariamente, “cientistas” como Daniel Bell decretavam o caráter antiquado das classes sociais diante das soluções keynesianas. Isto, hoje, provou-se ilusório, certamente. Porém, é preciso ter em conta que, mesmo na época, tal inadequação era patente, já que, nos anos que seguiram ao golpe, o crescimento da exploração da mais-valia absoluta no Brasil foi monstruoso. E a repressão aos órgãos operários, com “limpeza” na esquerda, teve ligação indissociável com tal fato, visto que foi justamente “durante os anos de 1945-1964 que o movimento operário atingiu sua maior amplitude” (ANTUNES, 1980, p. 75). O golpe, assim, veio parar um processo histórico em que os trabalhadores ganhavam força, da perspectiva do capital, perigosamente. O “modelo” da economia brasileira viria a se montar visando a solapar o ativismo operário (com tudo que isto implica), ao mesmo tempo em que se colocava no campo de hegemonia capitalista durante a guerra fria. Se se podem, certamente, questionar em geral os posicionamentos de um Bell e mesmo de um A. Gorz (cf. BRAVERMAN, 1987), ao se olhar para o capitalismo fora da Europa e dos Estados Unidos, qualquer visão cândida dele resta descartada. A questão é clara no que toca ao Brasil.

A arquitetura do “modelo brasileiro” é notável quanto a isso. Já desde o governo Juscelino Kubitschek, o departamento produtor de bens de produção da economia brasileira foi negligenciado e se tornou dependente de importações, embora amparado pelo aparato estatal (cf. OLIVEIRA, 1989). Nisto, o departamento de bens de consumo voltado à produção de bens duráveis ou de exportação foi privilegiado – o crescimento da indústria

1 Valemo-nos aqui a noção de “modelo” por ela ser muito utilizada à época, inclusive, por pensadores à esquerda, como Nelson Werneck Sodré. Uma análise mais cuidadosa da questão, a ser realizada em um texto com mais enfoque no plano teórico, questionaria a denominação, na medida em que não se trata de qualquer esquema a se “aplicar” ao Brasil, mas do modo objetivo pelo qual o capitalismo se objetivou por aqui (cf. CHASIN, 1999b).

automotiva bem ilustra a questão. No que diz respeito ao mercado interno, este sofreu brutal divisão, com clara concentração de renda, o que, em verdade, não foi senão o resultado da grande derrota sofrida pelo movimento dos trabalhadores². O crescimento econômico e a modernização calcada no “modelo” se deram de maneira a reprimir o consumo das camadas populares, que durante os anos de 1945 a 1964 tiveram certa melhora no padrão de vida, decorrente das vitórias parciais conquistadas no campo sindical. Estas não conformavam qualquer revolução, certamente, mas mostravam algum crescimento nas lutas trabalhistas, de tal modo que, mesmo limitadas, objetivamente, conformavam-se enquanto um perigo ao modo pelo qual se dava a reprodução do capital em solo brasileiro. Daí ser necessária uma política econômica claramente contrária ao operariado durante a ditadura.

O expediente arquitetado na política econômica permitiu que a inflação permanecesse em níveis não muito altos, evitando a chamada “espiral salário-preço” e “limitando-se a funcionar como redistribuidor de renda” (SINGER, 1989, p. 55), gerando “poupança forçada” para novos investimentos do setor privado. Trata-se de uma política claramente concentracionista, de uma posição concreta favorável à burguesia nacional, dependente, atrofica e antidemocrática.

A estruturação da economia brasileira, pois, deu-se à medida que a produção voltada ao exterior e às classes médias preponderou, o que, em uma economia capitalista, somente é possível em detrimento das camadas populares, que, por sua vez, não podem compensar a inflação com o aumento de preços. É preciso que se perceba, desta maneira: o *status* de relativa comodidade das camadas médias é a face de Janos do arrocho salarial. Houve, deste modo, alguma expansão em alguns setores do mercado interno, mas isto só aconteceu em detrimento da classe trabalhadora, de maneira que aquilo que parece a quadradura do círculo foi efetivo no Brasil: “o mercado interno se amplia quanto mais a renda se concentra” (SINGER, 1989, p. 127). Trata-se, então, do exato oposto daquilo defendido pela esquerda desenvolvimentista. Tinha-se, assim, um desenvolvimento econômico que não se voltou à inclusão universal no mercado capitalista de consumo, mas centrado no arrocho, de um lado (a inserção no mercado via venda da força de trabalho, bem como a superexploração desta) e naquilo que Francisco de Oliveira chamou de D-III (bens de consumo duráveis), mercado este voltado às camadas médias beneficiadas com o crescimento da exploração da mais-valia absoluta na produção destes mesmos bens. Assim, criou-se um panorama em que havia, tendencialmente, ao menos sob este aspecto, apoio das camadas médias à extração forçada de mais-valia absoluta. Nesse sentido, uma das grandes tarefas da ditadura militar foi sufocar um movimento operário combativo, que poderia impedir a implementação de medidas dessa estirpe com lutas travadas por meio dos sindicatos e dos partidos políticos (mesmo que tal luta, certamente, tenha suas limitações intrínsecas).

A situação narrada acima tem como requisito baixos salários, porém, pressupõe também a maior liberdade dada ao empresariado no que toca à demissão dos operários, o que foi conseguido pela introdução do sistema do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), em 1966.

Os trabalhadores, porém, não somem da cena por decreto. E, para que o “modelo” tivesse algum sucesso, foi preciso o controle violento do movimento dos trabalhadores, sendo o arrocho salarial corolário essencial à “novidade” do capitalismo e do “milagre brasileiro”. Como bem apontou Paul Singer:

Na verdade, o “arrocho” não se faz sentir, igualitária e simultaneamente, sobre todos os níveis salariais, mas seletivamente, atingindo de modo mais grave os assalariados menos qualificados, cujo nível de ganho dependia, em maior grau, do poder de barganha da classe como em conjunto. (SINGER, 1989, pp. 57-8)

Trata-se, portanto, da repressão ao trabalho, o que, quase não é preciso dizer, não constitui nenhuma novidade no modo de produção capitalista, mas que, sob determinadas circunstâncias, necessita de formas de dominação política visivelmente regressivas, bonapartistas (cf. CHASIN, 1999a), como aquela da ditadura militar.

Sob o signo da “modernização”, o governo militar visou à implementação de algo que não era de maneira alguma novo no Brasil, nem no capitalismo, mas que precisou de grandes esforços para ter efetividade nas conturbadas décadas de 1960 e 70. O “modelo brasileiro”, assim, impôs-se, por vezes, de maneira brutal: aquilo que não é novo e que foi relegado por muitos aos primórdios do capitalismo (um sistema em que a extração da mais-valia absoluta é pungente e em que a repressão diuturna às organizações dos trabalhadores é central) é visto pela “cientificidade” dos gestores do capital atrofico como um grande mérito, do “modelo”. Resta claro, tratava-se

2 Os bens duráveis são colocados por Francisco de Oliveira no que ele, diferentemente de Marx, chama de departamento III da economia. O D-III teria sido central no desenvolvimento da economia brasileira, sobretudo, depois do governo JK. Importa, no momento, ressaltar o mencionado por Francisco de Oliveira: “a simples existência de um Departamento III numa economia subdesenvolvida já é, em si mesma, sinal de concentração de renda; as dimensões do Departamento III na economia brasileira, cujo tamanho inicial foi recriadamente ampliado em parte pelos próprios resultados da concentração de renda que criou um mercado altamente seletivo, indica, mais que qualquer estudo de distribuição de renda, o grau extremamente concentrado de riqueza na economia brasileira” (OLIVEIRA, 1989, pp. 89-90).

de um “modelo”, sob todos os aspectos, regressivo, que deu efetividade, para que se usem as palavras de Chasin, ao “historicamente velho, que se reproduziu de forma veloz e ampliada, inchou e se estendeu por toda a parte” (CHASIN, 2000, p. 80).

A via colonial e o “modelo brasileiro”

A “modernização” e a “racionalização” do capitalismo brasileiro – sempre vistas pelas vestes pretensamente científicas e realizadas durante o período militar com incentivo ao capital monopolista³ –, ao contrário do que ocorreu na via clássica de objetivação do capitalismo, não implicaram a democratização e o ganho de autonomia por parte da burguesia. Ocorreu, antes, o oposto, sendo o capitalismo brasileiro da ditadura militar calcado no capital atrofico, que nem sequer pode ser controlado diretamente pela burguesia brasileira, que, por sua vez, é subordinada ao capital imperialista e não pode realizar as tarefas democráticas impostas às burguesias europeias⁴. Trata-se, como bem colocou Antonio Rago Filho, de “gestores do capital atrofico” (cf. RAGO FILHO, 2001).

A ligação entre a repressão ao movimento dos trabalhadores e a estabilização do “modelo brasileiro” é pungente. Tanto é que o período em que o “modelo” foi colocado a todo o vapor coincidiu com o recrudescimento da repressão política institucionalizada, dentre outras medidas, pelo famigerado AI-5⁵. Portanto, se é ingênuo separar o desenvolvimento econômico do desenvolvimento político no caso das “economias avançadas”, no Brasil, tal expediente seria estapafúrdio, restando clara a indissociabilidade ontológica entre a sociedade civil-burguesa, que tem no Brasil uma burguesia subordinada e que vê na cidadania liberal-burguesa uma planta exótica, e o estado, que é subordinado aos imperativos reprodutivos da própria sociedade civil-burguesa. Sempre, pois, há um papel essencial desenvolvido pela política na simples manutenção das relações econômicas; política e economia formam uma totalidade de relações sociais mediadas, no modo de produção capitalista, de forma alienada em que, como bem diz J. Chasin:

O circuito institucional do capital, totalizado pelas interconexões entre sociedade civil e estado, inclui o papel forte do poder político na reprodução ampliada do capital, e, em sentido inverso, a modalidade pela qual a sociabilidade do capital representa e reproduz a formação política dominante de acordo com sua própria imagem. Graças, portanto, à interdependência entre sociedade civil e estado, tendo o capital como centro organizativo de ambos, se põe e repõe o efetivo anel autoperpetuador. (CHASIN, 1999a, p. 102)

Em termos ontológicos, pois, o “metabolismo sociometabólico” do capital (MÉSZÁROS, 2002) não permite que se dissocie economia e política, sociedade civil (burguesa) e sociedade política⁶. No entanto, há de se ressaltar que a particularidade do capitalismo brasileiro faz que tal situação seja ainda mais clara.

3 Vale lembrar o papel das grandes empresas e conglomerados na arquitetura do “modelo brasileiro”. Tal papel era enorme e não prescindia da atuação estatal, seja como repressor, seja como parte do mercado, o que se deu por meio das empresas públicas e do tesouro público, o que veio a funcionar como condição para a acumulação capitalista do período, segundo Francisco de Oliveira. Há, inclusive, estatizações na economia, de maneira que “o pós-64 levou à soldagem de interesses entre o estado e o capital estrangeiro, e essa estatização não é antagônica ao capital” (OLIVEIRA, 1989, p. 125). Nesse contexto, ao mesmo tempo, “o Tesouro Nacional funciona como capital financeiro geral, como pressuposto do lucro privado” (OLIVEIRA, 1989, p. 94). Tal função se percebe pelo papel da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e de outros órgãos e programas estatais, que não só ampliam a demanda por meio de financiamentos como também têm participação direta na produção, por meio das empresas estatais.

4 Assim, vale lembrar a bela passagem de José Chasin: “resultam dois polos para a genuína dominação capitalista no Brasil: a *truculência de classe manifesta* e a *imposição de classe velada ou semivelada*, que se efetivam através de um mero gradiente, excluída a possibilidade da hegemonia burguesa, no caso, resultar *de* ou *no* quadro integracionista e participativo de todas as categorias sociais, que caracteriza, com todos seus limites conhecidos, a dominação de tipo democrático-liberal. Vale repetir, esta é uma inviabilidade no quadro nacional, enquanto um regime minimamente estável e coerente.” (CHASIN, 2000, p. 128)

5 Os anos de 1964 até 1968 caracterizaram-se, inclusive, pela preparação institucional baseada no surgimento do FGTS, na proibição da greve, na cassação dos órgãos representativos do movimento operário etc. Nesse sentido, Nelson Werneck Sodré chegou mesmo a distinguir duas fases do “modelo”, sendo a segunda iniciada justamente no ano de 1968: “o modelo econômico surge de um processo em que é fácil distinguir duas etapas: a primeira entre 1964 e 1968, prepara a segunda, que se inicia em 1968 e que acaba por definir o modelo em suas grandes linhas.” (SODRÉ, 1987, p. 95)

6 Anteriormente, mencionou-se que a sociedade civil-burguesa e o estado formam uma totalidade; J. Chasin chegou mesmo a mencionar a existência de um “anel autoperpetuador” entre ambos. Nesse ponto, Mészáros tece uma afirmação esclarecedora: “o sistema do capital é, na realidade, o primeiro na história que se constituiu como totalizador irrecusável e irresistível, não importa quão repressiva tenha de ser a imposição de sua função totalizadora em qualquer momento e em qualquer lugar que encontre resistência.” (MÉSZÁROS, 2002, p. 97)

Pode-se dizer que o modo de objetivação clássico do capitalismo uniu a emergência da burguesia à democracia política (sempre limitada), tendo como marcos a Revolução Francesa de 1789 e as Revoluções de 1848. Porém, principalmente a partir de 1871 (data tanto da unificação alemã como da Comuna de Paris), a burguesia é incapaz de ter um papel democrático, como bem ressalta György Lukács em sua análise da via prussiana para o capitalismo em *A destruição da razão* (cf. LUKÁCS, 1959). As potências emergentes nesse último período, em um ímpeto agressivo e hipermodernizador, entraram em confronto internacional com as demais potências; tal confronto e o papel desenvolvido pelos países “periféricos” deram a tônica do imperialismo, fase em que as contradições da sociedade civil-burguesa são ainda mais explosivas, resultando, não raro em guerras civis e nacionais, o que marca o pós-II Guerra⁷. O capitalismo brasileiro, assim, não é somente atrasado em relação às formações sociais capitalistas de objetivação clássica; também o é em relação às formações de via prussiana. Há, por conseguinte, uma particularidade importante no capitalismo brasileiro: trata-se de um capitalismo de extração colonial, o qual emerge já no imperialismo e tem sua burguesia dependente da burguesia imperialista, de maneira que o capitalismo brasileiro não traz em seu bojo seja a independência e a autonomia da burguesia, seja a democracia, o que o leva a nunca “romper sua condição de país subordinado aos polos hegemônicos da economia internacional. De sorte que o ‘verdadeiro capitalismo’ alemão é tardio, enquanto o brasileiro é hiper-tardio” (CHASIN, 1999b, p. 574), sendo a forma de dominação bonapartista sempre uma possibilidade objetiva.

Percebe-se, portanto, que as tarefas colocadas no movimento dos trabalhadores que antecedeu o golpe de 1964 diziam respeito a nada menos que às vicissitudes do capitalismo brasileiro. Portanto, o golpe deu continuidade à “miséria brasileira”, decorrente da forma de objetivação da via colonial, para o capitalismo que se manifestava no período de maneira bonapartista, ao estrangular as possibilidades latentes nos anos 1960 no sentido do rompimento com tal situação. A derrota de um movimento de massas, pois, levou à reprodução do capitalismo hiper-tardio, balizado pela via colonial do capitalismo; a vitória das forças conservadoras foi, nesse sentido, certamente uma contrarrevolução. O “modelo brasileiro” propagandeado durante o período militar, por conseguinte, deu seguimento ao capitalismo subordinado presente no país. Se o fez de maneira brutal, isso se deveu à seriedade das questões e à intensidade dos antagonismos classistas envolvidos. Desta forma, a questão essencial ao golpe não é a supressão das liberdades civis e a ausência de uma “esfera pública”, embora tais questões sejam fundamentais; trata-se, antes, da perpetuação e radicalização do historicamente velho, da herança de uma burguesia subordinada e antidemocrática.

Não é outro o quadro em que o “modelo brasileiro” foi implantado. Ele foi, nesse sentido, a guerra declarada aos trabalhadores e às forças progressistas da época⁸. Sua política econômica foi central à contrarrevolução, e não prescindiu de formas regressivas de dominação política. Nesse sentido, veja-se a bela síntese da situação econômica do país dada por J. Chasin:

A política econômica do sistema no poder consiste, *grasso modo*, numa forma de acumulação capitalista subordinada ao capital estrangeiro, em que a produção é direcionada para dois polos principais. De um lado, intensifica-se a produção dos bens de consumo duráveis (automóveis, eletroeletrônicos e correlatos); para seu consumo é estruturado, internamente, um mercado privilegiado e reduzido. É o pacto com o segmento alto das camadas médias. Paralela e combinadamente, é desencadeado um esforço exportador.

Para que tal mecânica funcione, nas condições de um país subordinado ao capital estrangeiro, são necessários o concurso dos dinheiros internacionais e a aplicação do arrocho salarial sobre a massa dos trabalhadores. (CHASIN, 2000, p. 85)

7 As teorizações sobre o imperialismo são inúmeras. A mais famosa, e talvez mais exata, talvez seja a de Lênin. Dentre outras características, Lênin destaca: “o que caracteriza o velho capitalismo, no qual dominava plenamente a livre concorrência, era a exportação de mercadorias. O que caracteriza o capitalismo moderno, no qual impera o monopólio, é a exportação de capital (...). O desenvolvimento da troca, tanto no interior como, em especial, no campo internacional, é um traço distintivo e característico do capitalismo. O desenvolvimento desigual, por saltos, das diferentes empresas e ramos da indústria é inevitável sob o capitalismo.” (LÊNIN, 2003, p. 61)

8 Não deixa de ser ilustrativo que o golpe tenha se iniciado com a prisão de Miguel Arraes em Pernambuco. No que vale mencionar a assertiva de Francisco de Oliveira, certa, embora se utilize de termos problemáticos como “populismo”: “o Recife da Sudene foi provavelmente o lugar central do conflito de classes no Brasil do final dos 1950 e toda a década de 60”, no que o autor complementa, inclusive, com a afirmativa segundo a qual Recife seria “o elo mais fraco da cadeia do colapso do populismo, cujo epicentro, na verdade, encontrava-se em São Paulo” (OLIVEIRA, 2009, p. 65). A luta de classes no limiar do golpe militar, pois, era aguda e decisiva. Francisco de Oliveira chega mesmo a sugerir que a situação passou muito perto de ser revolucionária; esta questão é complexa e não pode ser discutida aqui, no entanto, o que resta, de acordo com a análise realizada acima, é que o golpe foi, efetivamente, o início de uma contrarrevolução.

O verdadeiro sustentáculo do “milagre econômico” era a repressão ao trabalho, a “truculência de classe manifesta”, feita em meio a uma forma regressiva e bonapartista de dominação política. As características inerentes ao capitalismo brasileiro híper-tardio foram levadas ao extremo, e as mazelas do capitalismo brasileiro, vistas como vantagens, sempre “cientificamente” no contexto. O significado do golpe de 1964, pois, foi radicalizar o mais nefasto no Brasil, ao mesmo tempo em que justamente tais aspectos eram vistos como soluções necessárias e benéficas à “nação”.

Conclusão: trabalho e democracia no Brasil ontem e hoje

Como se viu antes, a ditadura militar se configurou com forte apoio na repressão aos trabalhadores e se sustentou na manutenção do historicamente velho.

Deste modo, relacionaram-se uma forma bonapartista e repressiva de domínio político com a modernização econômica – tendo por eixo a repressão aos trabalhadores. O ressurgimento do movimento operário, deste modo, teve enorme papel na derrubada desta forma regressiva de domínio:

Assim, o movimento democrático de massas trabalhadoras traz consigo uma dimensão decisiva, historicamente nova: atua diretamente sobre a organização material de toda a estrutura social. Sua reemergência não é apenas, conseqüentemente, uma pura ampliação numérica das hostes alinhadas na oposição, mas eleva e muda acentuadamente a qualidade desta, na luta contra o estado de exceção e pela construção da democracia. Queira ou não queira, saiba ou não saiba, o movimento de massas dos trabalhadores põe em xeque toda a razão de ser da ditadura, abala a possibilidade de existência desta e aponta imperativamente para a necessidade de um programa econômico alternativo. (CHASIN, 2000, p. 98)

Na via colonial de objetivação do capitalismo, a democracia somente pode vir com o movimento de contestação dos próprios trabalhadores. Assim foi que, na derrubada da ditadura, alguns progressos foram conseguidos – ainda que falar de “democracia” na Nova República, mesmo com parâmetros liberal-burgueses, seja forçoso. Pelo que expusemos, o sentido da democracia no Brasil (bem como o questionamento acerca de seu real conteúdo) só emerge, em verdade, quando se tem em vista um “programa econômico alternativo”, é preciso que se diga, ao final, socialista, mesmo que isso possa não se dar de modo imediato e tenha que levar em conta as complexas relações sociais que conformam a especificidade do modo de objetivação do capitalismo brasileiro. Veja-se: com a ênfase enclausurada no campo político da “democratização”, nos anos 1980 e 90, perdeu-se muito. Primeiramente, aquilo que deveria ser básico para quaisquer militantes de esquerda que tenham lido Marx (e não foram poucos aqueles que participaram ativamente da “redemocratização”), a impossibilidade de dissociar a economia da política. Porém, perdeu-se no processo muito mais: a própria esquerda se tornou “politicista” e, assim, unilateral, buscando a implementação de algo como um tipo-ideal de democracia burguesa no Brasil, para depois pensar em socialismo.

Deste modo, desconsiderando a particularidade do desenvolvimento histórico brasileiro, e aceitando alguns “princípios” de esquerda, aqueles que deveriam trazer consigo a perspectiva do trabalho fizeram o papel que lhes foi legado pelo capital atrofico, a reprodução da miséria brasileira. É verdade que isso se deu em tons mais brandos que antes. Porém, deixando de lado todo o atuar “diretamente sobre a organização material de toda a estrutura social” (CHASIN, 2000, p. 98), aqueles que se opuseram à regressividade da ditadura militar hoje se colocam a serviço dos ditames do capital de maneira mais ou menos velada. Aceitando, na melhor das hipóteses, somente no plano da especulação princípios de esquerda, colocam-se no campo do capital. Veja-se: o grande partido que emergiu depois das greves de 1979 foi o Partido dos Trabalhadores, hoje no poder e buscando a gestão racional da miséria, o que, não é preciso que se insista, é essencialmente irracional para aqueles que buscam superar justamente a via colonial de objetivação do capitalismo.

No Brasil, tanto nos anos que precederam o golpe de 1964 quanto na derrubada da ditadura militar, o papel das reivindicações operárias foi decisivo. Os momentos em que o Brasil teve consigo um desenvolvimento mais próximo de um processo de democratização autêntica foram aqueles em que a mobilização popular foi massiva. No primeiro momento, foi preciso um golpe para frear algo que poderia trazer aspirações que rumassem em direção oposta àquelas esperadas pelo capital; depois, na “redemocratização”, com a participação de parte significativa da “esquerda” da época, consolidou-se o

9 Nelson Werneck Sodré, não sem ironia, é verdade, destaca quanto a esse ponto: “com o ‘modelo brasileiro de desenvolvimento’, surgiu o refrão substitutivo do ‘essencialmente agrícola’, isto é, como disfarce da verdadeira essência do problema: ‘exportar é a solução’” (SODRÉ, 1987, p. 121). A “modernização” e o historicamente velho andaram de mãos dadas no Brasil.

processo “lento, gradual e seguro” de “transição”, de modo que a ruptura com o momento precedente, do ponto de vista do trabalho, não foi radical. Pode ter havido melhoras político-institucionais: os trabalhadores se organizam novamente, por exemplo. Mas a “ordem” burguesa permanece e é implementada posteriormente com os tons de “racionalidade de mercado” dos anos 1990. Deste modo, as grandes possibilidades que emergiam com as greves de 1979 e com o nascimento daquilo que originaria o PT foram sufocadas no contexto da “nova república”, chegando ao ponto em que o próprio PT, em 2002, chegou ao poder e continua até hoje. Com isso, e com a aceitação da ordem do capital, os rumos da democracia no Brasil são hoje aqueles dos acordos parlamentares e da desmobilização popular; ou seja, não se trata de qualquer tipo possível de democracia autêntica – o partido da social-democracia é abertamente conservador, o partido dos trabalhadores o é veladamente, e aproxima-se muito mais de um partido do empresariado que de um partido operário. As eleições converteram-se em plebiscitos sobre a permanência ou não duma ou doutra coalização, e a propaganda partidária é pura publicidade e manipulação. Caso se acredite que se tem uma democracia nisto (como muitos na própria “esquerda” fazem), corre-se o risco de sancionar a manipulação e a repressão mais ou menos velada à organização consciente do trabalho, esta última, em verdade, a única alternativa democrática no país.

O presente texto buscou explicitar a centralidade da luta dos trabalhadores, reprimida brutalmente no “modelo brasileiro” vigente na ditadura militar, nos rumos políticos do país. Viu-se, deste modo, principalmente por meio de uma análise da ditadura militar, que o processo de democratização do país e as formas repressivas de domínio político se atrelaram à importância e à influência do movimento dos trabalhadores. Sob a via colonial de objetivação do capitalismo, assim, no Brasil, aquilo que se chama de democracia, como se pretendeu mostrar rapidamente, não vem com o desenvolvimento do capitalismo. Aquilo que Chasin chamou de capital atrofico, antes, desenvolve-se no país com a desmobilização, e dominação, de camadas importantes da população, principalmente os trabalhadores. Para que haja uma reversão desse quadro, a experiência histórica brasileira pode vir em auxílio: no passado, somente com a perspectiva do trabalho a democracia era trazida à tona; hoje, não pode ser diferente, e isso implica, depois da desilusão da “redemocratização”, uma oposição aberta e decidida ao capitalismo; trata-se de uma posição socialista, que não se prenda a qualquer armadilha institucional da democracia burguesa e busque uma verdadeira democracia da vida cotidiana, uma democracia que suprima tanto o cidadão quanto o burguês (cf. LUKÁCS, 1970), superando qualquer tipo de politicismo.

Referências bibliográficas

ANTUNES, Ricardo. *O que é sindicalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

_____. *Crise e poder*. São Paulo: Cortez, 1986.

BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista*. Rio de Janeiro: LTC, 1987.

CHASIN, José. Textos sobre política. *Ensaio Ad Hominem* t. III – Política. Santo André: Ad Hominem, 1999a.

_____. *O integralismo de Plínio Salgado*. Belo Horizonte/Santo André: Una/Ad Hominem, 1999b.

_____. *A miséria brasileira*. Santo André: Ad Hominem, 2000.

LÊNIN, V. I. *O imperialismo, fase superior do capitalismo*. São Paulo: Centauro, 2003.

LUKÁCS, G. *El asalto a la razón*. México: Fondo de Cultura Económica 1959.

_____. *Marxismo e teoria da literatura*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. The Twin Crisis. *New Left Review* I/60. London: 1970.

MÉSZAROS, István. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.

OLIVEIRA, Francisco. *A economia da dependência imperfeita*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

_____. *A noiva da revolução*. São Paulo: Boitempo, 2009.

RAGO FILHO, A. “Sob este signo vencerás”! A estrutura ideológica da autocracia bonapartista. *Cadernos AEL. Tempo de Ditadura*. Campinas, Arquivo Edgard Leuenroth IFCH/Unicamp, v. 8, n. 14/15, 2001.

SINGER, Paul. *A crise do “milagre”*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Brasil: radiografia de um modelo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1987.